

A RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO À INVOLABILIDADE DOMICILIAR E A SUA APLICABILIDADE NA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR

Autor(es)

Kiane Follmann Da Silva
Darlan Gustavo Dos Santos

Categoria do Trabalho

TCC

Instituição

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ERECHIM

Resumo

Esta pesquisa possui o intuito de aprofundar os conhecimentos jurídicos a respeito do direito e garantia fundamental da inviolabilidade domiciliar que, por sua vez não possui caráter absoluto, pois a própria Constituição Federal de 1988 trata sobre as hipóteses em que pode haver a sua relativização. Ao decorrer desta pesquisa também esclareceremos o que o ordenamento jurídico reconhece como domicílio da pessoa natural e quando as demais legislações permitem a infringência de tal direito, frente a atuação Estatal através da atividade policial militar, visando a garantia da incolumidade pública, segurança e o bem estar social. A fim de apontar as atuais divergências entre os entendimentos dos tribunais de instâncias superiores a respeito da inviolabilidade, pois embora o tema encontre-se disciplinado através da Constituição Federal e demais legislações processual penal, ainda possui caráter interpretativo das decisões, e por este motivo acabam dificultando a atuação dos agentes no combate ao crime e na persecução penal. A presente pesquisa busca apontar os aspectos jurídicos da atuação das instituições policiais militares dos estados, através da Constituição Federal, e as definições legais de suas incumbências de garantir a segurança pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Exercidas por meio da Brigada Militar, instituição permanente atuante no território gaúcho. Assim, como as sanções previstas aos policiais que por ventura agirem em desacordo com a lei e a competência para o julgamento destes militares. Assim, objetivamos um estudo que possibilite nortear a atuação estatal exercida pelas polícias militares, baseada na garantia dos direitos e garantias fundamentais inerentes as pessoas humanas, para que seja vedada qualquer forma de constrangimento, exposição vexatória e a violação ilegal de sua privacidade. Foi desenvolvido através de uma pesquisa baseada na Carta Magna, legislações aplicáveis ao assunto, Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos e jurisprudências.